



Simulado Final

# Reciprev

Analista de Previdência  
e Assistência à Saúde  
Administrativa - Pós-Edital

# Simulado

Simulado Reciprev – Analista de Previdência e Assistência à Saúde -  
Administrativa

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso Reciprev – Analista de Previdência e Assistência à Saúde - Administrativa;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

## PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-Reciprev-Analista-17-02>

- |                |                |                |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 20 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 21 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 22 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 23 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 24 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 25 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 26 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 27 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 28 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 29 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 30 – A B C D E |                |
| 12 – A B C D E | 31 – A B C D E |                |
| 13 – A B C D E | 32 – A B C D E |                |
| 14 – A B C D E | 33 – A B C D E |                |
| 15 – A B C D E | 34 – A B C D E |                |
| 16 – A B C D E | 35 – A B C D E |                |
| 17 – A B C D E | 36 – A B C D E |                |
| 18 – A B C D E | 37 – A B C D E |                |
| 19 – A B C D E | 38 – A B C D E |                |
| 20 – A B C D E | 39 – A B C D E |                |
|                | 40 – A B C D E |                |

**LÍNGUA PORTUGUESA**

Luiz Felipe

**TEXTO**

Em todas as manifestações de caráter social, político e econômico, da mais inconsequente opção (pessoal) às mais sérias decisões do governo, o ser humano é guiado por dois comportamentos básicos: pensar e agir, de acordo com os conhecimentos disponíveis. (...)

A interação contínua entre pensamento e ação permite ao homem tomar decisões, tanto as de natureza particular – como a escolha de um curso ou profissão ou a compra de um par de sapatos -, quanto as que terão consequências coletivas, como a eleição de governantes ou a participação em manifestações públicas. Portanto, de modo geral, as decisões não são arbitrárias. Não importa o grau de consciência política que o indivíduo possui, ou a massa de conhecimentos de que ele dispõe sobre uma questão: há sempre uma dose de reflexão em cada um dos seus atos.

É fácil de constatar que as ideias, as opiniões, as atitudes e as ações não seguem um esquema simples, mecanicista e uniforme, pois as diferentes preocupações que atormentam o homem se embaralham e se cruzam a cada instante e às vezes se chocam. É como se todas as provas automobilísticas do mundo fossem disputadas ao mesmo tempo no mesmo autódromo.

A formação do cidadão consiste em capacitá-lo a pôr ordem nesse processo, que se desenvolve ao seu redor e sempre explode dentro dele. A principal contribuição formativa da educação é a de atuar sobre esse mecanismo mental decisório e ajustá-lo o mais corretamente possível, equilibrando os conhecimentos, as habilidades e as atitudes segundo padrões éticos, morais e outros, válidos para todos ou para a maioria das pessoas.

Não existe um método infalível para que alguém possa chegar, sempre, às melhores decisões sobre todas as coisas, mas pode-se melhorar a capacidade de raciocínio com a prática, o estudo, a crítica, a reflexão. O grande objetivo, que mais parece um ideal inatingível, é conseguir que cada indivíduo se torne autônomo, isto é, que seja capaz de decidir por si mesmo, não se sujeitando a interferências ou pressões externas. É o caminho que levará à formação de cidadãos conscientes. É o caminho que devemos construir.

(Martinez, Paulo. *Direitos de cidadania – um lugar ao sol*. ADAPTADO)

**01.** A temática central do texto pode ser compreendida como

- a) a importância coletiva na escolha de seus representantes
- b) o papel da escola na formação cidadã
- c) a necessidade de reflexão sobre atos e escolhas
- d) a formação do cidadão consciente.
- e) o processo individual de manifestação social

**02.** Segundo as ideias veiculadas no texto,

- a) O indivíduo deve balizar suas ações a partir de sua consciência individual.
- b) As ações individuais podem ser arbitrárias quando não se pensa antes de manifestar-se.
- c) A autonomia vai de encontro à ideia de formação do cidadão consciente.
- d) a principal função da educação na formação do indivíduo é o ajuste da relação entre pensamento e ação.
- e) As manifestações humanas resultam exclusivamente de dois fatores: o pensar e o agir.

**03.** Para manter a coesão textual, a conjunção destacada em "processo, que se desenvolve ao seu redor e sempre explode dentro dele" (4º parágrafo) deveria ser substituída por

- a) embora
- b) mas
- c) portanto
- d) mas também
- e) porquanto

**04.** Considere a classificação morfológica do vocábulo “que” em “um conjunto de possibilidades que será apresentado”. Indique a alternativa em que se destaca um “que” com essa mesma classificação.

- a) Acredito que todos saberão a verdade.
- b) Isso significa que não iremos vê-lo novamente.
- c) O combustível que utilizei não é confiável.
- d) Mesmo que demore, a nossa hora chegará.
- e) Disse que seguiria sempre os meus princípios.

**05.** No trecho "O júri julgou o réu culpado", qual a função do termo destacado?

- a) predicativo do sujeito.
- b) complemento nominal.
- c) objeto direto.
- d) predicativo do objeto.
- e) adjunto adnominal.

**06.** Quanto à regência verbal, assinale a alternativa correta.

- a) Todos, assustados, assistiam a cena de desrespeito.
- b) Ela tinha dificuldade em abdicar a todos.
- c) Depois de muita discussão, os pais chegaram nesse acordo.
- d) Na vizinhança, todos desdenhavam de sua capacidade.
- e) Sua atitude implica em demissão.

**07.** Assinale a alternativa em que o segmento sublinhado desempenha uma função de adjetivo.

- a) A aluna que chegou atrasada recebeu advertência.
- b) O diretor esclareceu que não haveria aula após o incidente.
- c) O aniversariante chegou quando todos já estavam.
- d) O Presidente da República disse que estaria em reunião.
- e) Em um lugar frio, todos desejam estar abrigados.

**08.** Em “Chegaram as encomendas da gerência”, o verbo destacado, deve ser classificado, quanto à predicação como:

- a) intransitivo.
- b) transitivo direto.
- c) transitivo indireto.
- d) transitivo direto e indireto.
- e) de ligação.

**09.** O emprego do acento grave em “... alimenta a motivação à qual os acontecimentos estão relacionados” (3º§) justifica-se:

- a) pelo gênero feminino do pronome relativo “qual”.
- b) por fazer parte de uma expressão adverbial feminina.
- c) pela exigência de regência do verbo “estão”.
- d) pela presença anterior do substantivo “motivação”.
- e) em função da regência do vocábulo “relacionados”.

10. Em “Faz-se uma observação. Fala-se em “recomendações” dos organismos internacionais”, qual é, respectivamente, a classificação morfossintática da partícula “se”?

- a) Partícula apassivadora e índice de indeterminação do sujeito
- b) Índice de indeterminação do sujeito e parte integrante do verbo
- c) Partícula apassivadora e parte integrante do verbo
- d) Partícula apassivadora e pronome reflexivo
- e) Índice de indeterminação do sujeito e partícula apassivadora

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

*Emerson Bruno*

11 - Conforme previsto no art. 5º da Constituição de 1988, o direito de propriedade é um direito

- a) econômico, cabendo ao proprietário respeitar os limites da função social.
- b) social, pois não possibilita ao proprietário dispor conforme o seu próprio e exclusivo interesse
- c) individual incondicionado, que impede qualquer tipo de intervenção do Estado.
- d) individual absoluto, que possibilita ao proprietário sempre dispor conforme o seu próprio e exclusivo interesse.
- e) individual relativo, cabendo ao proprietário respeitar os limites da função social.

12. Lucas foi aprovado em 1º lugar no concurso para analista administrativo da Prefeitura de Ipojuquinha do Oeste. Extasiado com a sua classificação tem sua felicidade destroçada ao perceber que o Prefeito local o desconsiderou, iniciando as nomeações a partir do segundo colocado. De acordo com a CF 88, Lucas poderá impetrar o seguinte remédio constitucional.

- a) habeas corpus
- b) habeas data
- c) mandado de segurança
- d) ação popular
- e) mandado de injunção

13. A Constituição Federal estabelece como condição de elegibilidade:

- a) ter mais de 25 (vinte e cinco) anos de serviço, se for militar.
- b) ter domicílio eleitoral na circunscrição.
- c) ter idade mínima de 30 (trinta) anos para Prefeito.
- d) ter idade máxima de 75 (setenta e cinco) anos para qualquer cargo.
- e) ser brasileiro nato para Deputado Federal.

**DIREITO ADMINISTRATIVO***Fabiano Pereira*

**14.** A União, após realizar uma licitação regular, firmou um contrato administrativo com a sociedade empresária X para a prestação de serviços específicos.

No curso do contrato, ocorreu o seguinte:

- I. Atraso na obtenção da licença ambiental;
- II. Atraso na liberação das áreas sujeitas à desapropriação;
- III. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, independentemente de restringir sua capacidade de concluir o contrato.

De acordo com o que estabelece a Lei n.º 14.133/2021, em regra, a condição que caracteriza motivo para a extinção do contrato, a qual deve ser devidamente motivada em um processo administrativo, garantindo o contraditório e a ampla defesa, está descrita no (s) item (ns)

- a) II, apenas;
- b) III, apenas;
- c) I e II, apenas;
- d) II e III, apenas;
- e) I, II e III.

**15.** O vínculo que garante a coordenação e subordinação dos órgãos que compõem a estrutura de uma entidade administrativa, definindo as responsabilidades e competências individuais, resulta do poder:

- a) vinculado;
- b) normativo;
- c) hierárquico;
- d) disciplinar;
- e) regulamentar.

**LEGISLAÇÃO***Fábio Ramos*

**16.** Tibério olhando o Estatuto do Servidor de Recife teve uma dúvida em relação a acumulação de cargos. Sendo assim concluiu o seguinte. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, nas seguintes hipóteses. EXCETO:

- a) dois cargos de professor com outro científico.;
- b) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;
- c) um cargo de professor com outro científico;
- d) um cargo de professor com outro técnico ;
- e) dois cargos de professor;

**17.** O funcionário poderá faltar ao serviço até ----- dias consecutivos, sem prejuízo do vencimento ou de qualquer direito ou vantagem legal por motivo de:

I - casamento, a contar da data da realização da cerimônia civil, ou religiosa com efeitos civis;

II - falecimento do cônjuge ou companheira, ascendentes, descendentes ou irmãos;

- a) 3 dias
- b) 5 dias.
- c) 6 dias.
- d) 7 dias.
- e) 8 dias.

**18.** Analise as informações a seguir Estatuto do Servidor de Recife:

- I. Para amamentar o próprio filho, até 5 (cinco) meses de idade, a funcionária terá direito, durante o expediente, a um descanso especial de 1 (uma) hora.
- II. O funcionário estável poderá obter licença sem vencimento, a critério da Administração, para trato de interesses particulares, pelo prazo máximo de quatro (4) anos.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) As duas afirmativas são verdadeiras.
- b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- d) As duas afirmativas são falsas.
- e) As duas afirmativas estão mais ou menos falsas.

**19.** A luz da LEI Nº 17.082/2005 INSTITUI O SISTEMA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DO RECIFE - SAÚDE-RECIFE. Exclusivamente para os fins de que trata esta Lei, poderão ser inscritos como beneficiários dependentes, exceto:

- a) o cônjuge ou companheiro na constância, respectivamente, do casamento ou da união estável;
- b) os filhos, desde que menores de 21 (vinte e um) anos, solteiros e que não exerçam atividade remunerada.
- c) maiores de 21 (vinte e um) anos e menores de 25 (vinte e cinco) anos, solteiros, que não exerçam atividade remunerada e estejam regularmente matriculados em curso secundário ou de graduação em estabelecimento de ensino oficial ou reconhecido.
- d) os filhos, desde que menores de 18 (dezoito) anos, solteiros e que não exerçam atividade remunerada.
- e) Os filhos de qualquer idade, os que forem definitivamente ou estiverem temporariamente inválidos, desde que a invalidez tenha-se caracterizado antes do falecimento do beneficiário titular.

**20.** A luz da Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A classificação do sigilo de informações, no âmbito da Administração Pública Municipal, é de competência no grau de ultrassecreto e secreto, das seguintes autoridades, exceto:

- a) Prefeito.
- b) Vice-Prefeito;
- c) Secretários Municipais.
- d) Governador.
- e) O Controlador Geral do Município do Recife.

**NOÇÕES PREVIDENCIÁRIA***Adriana Menezes*

**21.** Com base na Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo e assinale Verdadeiro (V) ou Falso (F). Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- ( ) universalidade da cobertura e do atendimento.
- ( ) equidade na forma de participação no custeio
- ( ) irreduzibilidade do valor dos benefícios.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - V
- b) V - V - F
- c) V - F - V
- d) F - F - V
- e) F - F - F

**22.** Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

As prestações previdenciárias são divididas em benefícios e serviços. \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ são exemplos de benefícios devidos exclusivamente ao segurado e exclusivamente ao dependente, respectivamente.

- a) aposentadoria por incapacidade temporária/auxílio-reclusão
- b) pensão por morte/auxílio por incapacidade temporária
- c) salário-maternidade/salário-família
- d) aposentadoria por incapacidade permanente/pensão por morte
- e) auxílio-acidente/salário-família

**23.** No Brasil, os regimes públicos de previdência são o regime geral de previdência social (RGPS) e os regimes próprios de previdência dos servidores públicos. Quanto às normas dos regimes próprios de previdência social, assinale a assertiva correta.

- a) Com a promulgação da Emenda Constitucional n. 103/2019, a instituição de regime próprio de previdência social tornou-se obrigatória por todos os entes federativos.
- b) É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo.
- c) Os regimes próprios de previdência social têm caráter contributivo obrigatório e solidário, sendo financiados com recursos provenientes do ente público que o instituiu e das contribuições do servidor ativo, excepcionando os servidores aposentados e os pensionistas.
- d) Servidor público titular de cargo efetivo vinculado ao regime próprio de previdência social do Município de Recife poderá se filiar ao regime geral de previdência social na condição de segurado facultativo para fins de obter mais uma aposentadoria.
- e) O empregado público municipal está amparado pelo regime próprio de previdência social dos servidores municipais.



**24.** A Emenda Constitucional n.º 103/2019, trouxe alterações no que diz respeito à aposentadoria do servidor público. O Município de Recife reformou sua Lei Orgânica, alterando as regras de aposentadoria e de pensão por morte do servidor. De acordo com a Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Municipal nº 17.142/2005, pode-se afirmar que o(a) servidor(a) abrangido(a) pelo regime próprio de previdência social de Recife será aposentado(a)

- a) por incapacidade para o trabalho, no cargo em que estiver investido(a), quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será dispensada a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade da incapacidade após cinco anos da data de concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.
- b) compulsoriamente, com proventos integrais, aos 75 anos de idade, na forma de lei complementar.
- c) por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido(a), quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria.
- d) voluntariamente aos 60 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos legalmente estabelecidos.
- e) com idade e tempo de contribuição diferenciados quando exercer atividade com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, podendo haver a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

**25.** A pensão por morte do servidor efetivo do Município de Recife será concedida aos dependentes, desde que não haja dependente inválido, com deficiência intelectual, mental ou grave habilitado:

- a) será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito o servidor se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).
- b) será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito o servidor se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 20 (vinte) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).
- c) será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito o servidor se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 15 (quinze) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).
- d) As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a 5 (cinco).
- e) As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a 5 (cinco).

**26.** Maria, professora efetiva do Município de Recife está afastada do trabalho há 03 meses por motivo de incapacidade para o trabalho. Não recebe seus vencimentos desde então, alegando o órgão responsável pelo pagamento dos servidores que o regime próprio de previdência dos servidores municipais é o responsável por custear e pagar a remuneração do servidor em caso de afastamento por incapacidade temporária.

Diante da situação hipotética, assinale a assertiva correta.

- a) Está correta a decisão do órgão de pessoal. Quando a servidora efetiva se afasta por incapacidade temporária, deverá receber auxílio-doença pago pelo regime próprio de previdência do Município de Recife.
- b) Está correta a decisão do órgão de pessoal. Quando a servidora efetiva se afasta por incapacidade temporária, deverá receber auxílio-doença pago pelo regime próprio de previdência do Município de Recife equivalente a 60% da média das remunerações que serviram de base de cálculo para as contribuições ao RPPS/Recife.
- c) Em caso de afastamento por incapacidade temporária da servidora cabe ao Município de Recife arcar com o pagamento do benefício equivalente a 60% da média das remunerações que serviram de base de cálculo para as contribuições ao RPPS/Recife.
- d) Está incorreto o entendimento do órgão pagador do Município, cabendo ao próprio Município de Recife arcar com o pagamento da servidora em caso de afastamento por incapacidade temporária.
- e) Está incorreto o entendimento do órgão pagador do Município, cabendo ao próprio Município de Recife arcar com o pagamento da servidora em caso de aposentadoria por incapacidade permanente.

**27.** Com base no que dispõe a Lei nº 9.717/98 que trata das normas gerais dos regimes próprios de previdência social, analise as assertivas e marque a correta.

- a) A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao dobro da contribuição do servidor ativo, nem superior ao triplo desta contribuição.
- b) O servidor público titular de cargo efetivo em determinado estado da Federação e filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente federado, passará a ser vinculado ao regime geral de previdência social.
- c) Os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão subsidiariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.
- d) Os dirigentes da unidade gestora do regime próprio de previdência social não precisam ter formação superior.
- e) No caso de extinção de regime próprio de previdência social, a União, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios assumirão integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários à sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do regime próprio de previdência social.

**28.** A respeito da contagem recíproca do tempo de contribuição, julgue os itens a seguir.

I. A contagem recíproca do tempo de contribuição é admissível sempre que o segurado migrar do regime público de previdência social para o RGPS, e vice-versa.

II. Para que a contagem recíproca do tempo de contribuição seja admitida, o trabalhador deve indenizar o órgão previdenciário para o qual migrou.

III. É vedada a contagem de tempo exercida concomitantemente no serviço público e na atividade privada.

IV. A aposentadoria resultante da contagem recíproca do tempo de contribuição deve ser rateada de forma proporcional por ambos os sistemas previdenciários para os quais o segurado tenha contribuído.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

**29.** No que diz respeito ao regime de previdência complementar instituído pelos entes federados para seus servidores, é correto afirmar que

a) Com a reforma da previdência trazida pela Emenda Constitucional n. 103/2019, a instituição de regime de previdência complementar passou a ser imposição constitucional.

b) O regime de previdência complementar deverá ser instituído pelo ente federado por meio de lei complementar.

c) Os planos de benefícios serão oferecidos nas modalidades de benefício definido ou de contribuição definida.

d) Os servidores que ingressarem no serviço público após a vigência do regime de previdência complementar deverão fazer a adesão ao regime de previdência complementar e terão seus benefícios de aposentadoria e pensão por morte limitados ao valor máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

e) Os servidores que ingressaram no serviço público antes da vigência do regime de previdência complementar não poderão aderir ao regime de previdência complementar instituído pelo ente federativo.

30. À luz das normas estabelecidas pela EC n.º 103/2019 no que se refere ao regime próprio de previdência social, julgue os itens seguintes.

I - O rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte.

II - Os estados, o Distrito Federal e os municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao RGPS.

III - O parcelamento ou a moratória de débitos dos entes federativos com seus regimes próprios de previdência social fica limitado ao prazo de sessenta meses.

IV - Aplica-se o RGPS ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e II estão certos.
- b) Apenas os itens III e IV estão certos.
- c) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- d) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### ADMINISTRAÇÃO

*Elisabete Moreira*

31. Segundo Fayol, um dos precursores do pensamento Clássico, as organizações devem se reger por 14 princípios básicos que determinam seu modelo de estrutura. O princípio no qual um empregado deve receber ordens de apenas um superior e o que aponta que deve existir uma linha de autoridade que parte do principal executivo até os níveis inferiores são denominados, respectivamente, de:

- a) unidade de direção e divisão de trabalho
- b) unidade de direção e descentralização
- c) unidade de direção e cadeia escalar
- d) unidade de comando e descentralização
- e) unidade de comando e cadeia escalar

32. Considerando a evolução dos modelos da área de gestão de pessoas pode-se considerar que, em contraposição ao modelo de desenvolvimento de recursos humanos, o modelo atual propõe a

- a) terceirização dos processos rotineiros de gestão informatizada da folha de pessoal.
- b) transformação das equipes de RH em consultoras internas da gestão descentralizada de pessoas.
- c) redução dos níveis hierárquicos nas empresas para tornar o processo de desenvolvimento de RH menos complexo.
- d) delegação da responsabilidade pela gestão dos recursos humanos para as chefias imediatas.
- e) transferência da gestão estratégica de pessoas para os níveis superiores de direção.

**33.** Na elaboração do planejamento estratégico de um órgão público, os responsáveis pela condução dos trabalhos estão atuando na etapa conhecida por *definição da visão*. Assinale a opção que apresenta as características dessa etapa.

- a) Apresentação dos princípios e crenças basilares do órgão.
- b) Apresentação do panorama dos desafios e oportunidades vigentes no setor.
- c) Coleta das forças e fraquezas valorizadas pelo órgão.
- d) Declaração da posição almejada pelo órgão no futuro.
- e) Descrição da razão de existência do órgão.

**34.** O monitoramento das atividades dos colaboradores da organização, com vistas ao atendimento das metas estabelecidas, corresponde à atividade típica da função de administração denominada

- a) controle.
- b) organização.
- c) direção.
- d) liderança.
- e) planejamento.

**35.** O governo empreendedor, adotado na administração pública gerencial, caracteriza-se como um governo que pertence à comunidade. Nesse caso, aponte a alternativa correta.

- a) Aproximando-se do modelo tradicional burocrático, o governo empreendedor pretende controlar a economia, possuir empresas ou concentrar-se no “fazer” em ampla escala, estimulando a ação e a parceria da sociedade.
- b) A ação catalizadora do governo empreendedor promove a atuação conjunta dos setores público, privado e voluntário.
- c) A gestão empreendedora no setor público pressupõe a hierarquia de decisão e a responsabilização.
- d) O empreendedorismo governamental possui como foco a ação empresarial com o propósito de geração de lucros para a administração pública, a exemplo da exploração de atividades comerciais pelas empresas estatais.
- e) A gestão pública empreendedora fundamenta-se no aumento da produtividade e do rendimento das empresas públicas, de modo a gerar maior receita para o Estado.

**36.** O modelo de excelência predicado pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) é consagrado como um referencial para o aprimoramento da gestão nas organizações, comportando também, com as devidas adaptações, aplicação à Administração pública que

- a) é somente aplicável a pessoas jurídicas de direito privado, ou seja, empresas públicas ou sociedades de economia mista.
- b) é parcialmente aplicável, não comportando adoção dos critérios de excelência preconizados pela Fundação.
- c) é aplicável, não admitindo a premiação, pois o sistema de pontuação somente é aplicável a instituições privadas.
- d) é aplicável, afastando a incidência do regime jurídico próprio da Administração para efeito de atingimento das metas da Fundação.
- e) é aplicável, no entanto deve estar adaptado à realidade pública, sobretudo no que se refere aos seus princípios norteadores.

**37.** A abordagem por processos constitui uma forma de gestão própria das organizações modernas, focada no cliente e na geração de valor. Nesse diapasão, processo corresponde a

- a) ação dotada de singularidade e temporalidade, com objetivos, indicadores e metas definidos.
- b) grupos organizados de pessoas atuando em uma mesma atividade ou em conjunto de atividades.
- c) um conjunto de atividades inter-relacionadas que transforma insumos (entradas) em produtos ou serviços (saída).
- d) ação de natureza estratégica, indicada pela cúpula da organização como orientadora da atuação institucional.
- e) forma de treinamento e capacitação de pessoal com foco em etapas críticas do processo produtivo.

**38.** Interessada em verificar o desempenho dos ocupantes de cada cargo, uma gestora de Recursos Humanos decidiu realizar uma avaliação 360 graus, processo que possibilita a obtenção de uma opinião múltipla sobre cada colaborador. Com base nos processos típicos da gestão de pessoas, a ação da gestora representa um processo de

- a) monitorar pessoas.
- b) agregar pessoas.
- c) aplicar pessoas.
- d) manter pessoas.
- e) desenvolver pessoas.

**ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS***Ricardo Campanário*

**39.** Um posto de saúde precisa ter uma forma de gerenciar seus estoques de medicamentos, para atender melhor seus cidadãos. Em relação à gestão de estoques, é correto afirmar que:

- a) o estoque de segurança ou isolador é indicado quando houver alta previsibilidade entre oferta e demanda do material estocado;
- b) o estoque de ciclo ocorre quando um ou mais estágios na operação conseguem fornecer simultaneamente todos os itens necessários;
- c) o estoque é criado para aumentar as diferenças de ritmo entre demanda e fornecimento.
- d) o estoque de antecipação é o mais comumente usado quando as flutuações de demanda são significativas, mas relativamente previsíveis;
- e) o estoque de segurança é geralmente usado nos casos de diminuição brusca da demanda.

**40.** A classificação de materiais que coloca os itens num rol decrescente de grandeza, partindo-se dos itens mais importantes para os de menor importância chama-se

- a) curva do sistema de máximos – mínimos.
- b) sistema integrado de logística.
- c) curva de consumo de material na produção.
- d) curva ABC ou curva de Pareto.
- e) curva de Gauss

**41.** A alternativa que apresenta um dos objetivos básicos de um departamento de compras é:

- a) controlar os estoques em termos de quantidade e valor, fornecendo informações sobre a posição do estoque.
- b) obter um fluxo contínuo de suprimentos a fim de atender aos programas de produção.
- c) prever o consumo ou demanda estabelecendo estimativas futuras dos produtos.
- d) Criar centros de distribuição próximos dos clientes finais.
- e) Elaborar campanhas efetivas de publicidade, aumentando o giro dos produtos.

**CONTABILIDADE PÚBLICA***Gilmar Possati*

**42.** Segundo o regime orçamentário aplicável à Contabilidade Pública, pertencem ao exercício financeiro:

- a) as receitas previstas e as despesas fixadas.
- b) as receitas arrecadadas e as despesas liquidadas.
- c) as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas.
- d) as receitas recolhidas e as despesas liquidadas.
- e) as receitas lançadas e as despesas pagas.

**43.** O Município Audazes dos Pampas, por meio de sua Secretaria de Educação, adquiriu uma Van para uso no transporte escolar da rede municipal de ensino. O valor foi pago à vista pelo total de R\$ 150.000,00. Assinale a opção que indica corretamente o tipo de variação no patrimônio do município que essa transação provocou:

- a) Variação patrimonial mista.
- b) Variação patrimonial qualitativa.
- c) Variação patrimonial passiva.
- d) Variação patrimonial quantitativa diminutiva.
- e) Variação patrimonial quantitativa aumentativa.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA + LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL***Leandro Ravyelle*

**44.** Acerca do que dispõe a inovação orçamentária no Sistema Governamental brasileiro, julgue os itens a seguir:

- I. O Plano Plurianual estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.
- II. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal depende de autorização específica na LDO.
- III. A LDO poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas
- b) II, apenas
- c) II e III, apenas
- d) I e III, apenas
- e) I, II e III



- 45.** Acerca do que dispõe o ordenamento jurídico sobre o processo orçamentário brasileiro, assinale a alternativa incorreta
- a) as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o PPA
  - b) As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.
  - c) Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal
  - d) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao que se refere a proposta orçamentária, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
  - e) É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações oriundas de emendas individuais, em montante correspondente ao limite a que se refere o § 9º deste artigo, conforme os critérios para a execução equitativa da programação
- 46.** A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. A esse respeito, assinale a alternativa correta
- a) O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.
  - b) O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o trigésimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.
  - c) O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão demonstrados trimestralmente, nos termos em que dispuser a lei orçamentária anual da União.
  - d) os balanços semestrais do Banco Central do Brasil conterão notas explicativas sobre os custos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional e da manutenção das reservas cambiais e a rentabilidade de sua carteira de títulos, destacando os de emissão da União.
  - e) Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, exceto os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

**LICITAÇÕES E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS***Fabiano Pereira*

**47.** Nas contratações regidas pela Lei 14.133/21 poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, aplicáveis nos casos de

- a) prerrogativas de autoridade;
- b) cláusulas abusivas;
- c) restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- d) atos de império;
- e) qualquer tipo de objeto, desde que haja previsão contratual.

**48.** Suponha que a Administração Pública deseje escolher um leiloeiro oficial para realizar a alienação de ativos sob sua titularidade. De acordo com as disposições da Lei n.º 14.133/2021, que trata de licitações e contratos administrativos, a seleção:

- a) deverá ser feita mediante diálogo competitivo, envolvendo ao menos 3 (três) interessados devidamente habilitados, sagrando-se vencedor o que apresentar a melhor combinação entre experiência prévia e valor da comissão requerida;
- b) poderá ser feita mediante chamamento público, recaindo a escolha sobre aquele que demonstrar maior experiência a partir da comprovação da condução de leilões bem sucedidos;
- c) deverá ser feita mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão, utilizando como critério de julgamento o maior desconto para as comissões a serem cobradas;
- d) deverá ser feita como etapa preliminar da própria modalidade leilão, quando da instauração do certame voltado à alienação dos ativos;
- e) sujeita-se a procedimento de pré-qualificação, em que são ranqueados, por ordem crescente de experiência e decrescente de comissão requerida, os leiloeiros credenciados para aturar por demanda da Administração.

**FINANÇAS PÚBLICAS***Amanda Aires*

**49.** Com relação ao Déficit Público, marque a alternativa correta.

- a) O governo pode financiar seu déficit por meio de recursos extrafiscais.
- b) No cálculo do déficit público, segundo o conceito operacional, incluem-se as despesas com a correção monetária, mas excluem-se as despesas com correção cambial pagas sobre a dívida.
- c) O déficit de caixa considera as parcelas do financiamento do setor público externo e do resto do sistema bancário, bem como de fornecedores e empreiteiros.
- d) O déficit total indica o fluxo líquido de novos financiamentos, obtidos ao longo de um ano pelo setor público financeiro, nas três esferas de governo e administrações.
- e) A apuração do déficit pelo método “acima da linha” mede o tamanho do déficit pelo lado do financiamento.

**50.** O imposto per capita seria um imposto em que cada cidadão paga uma quantidade fixa, independentemente do seu nível de renda. Esse imposto pode ser classificado como

- a) igualitário.
- b) proporcional.
- c) progressivo.
- d) imposto de montante fixo.
- e) indireto.

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---